

Senado economiza R\$ 110 milhões, afirma diretor-geral

Haroldo Tajra (à esq.), Heráclito Fortes e Renato Casagrande em audiência pública na Comissão de Meio Ambiente



Ao invés de pedir suplementação orçamentária, como nos anos anteriores, o Senado deixará de gastar R\$ 110 milhões do orçamento de 2009. A informação foi dada ontem pelo diretor-geral da Casa, Haroldo Feitosa Tajra, em audiência na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. O objetivo foi conhecer as medidas para solucionar problemas administrativos. **3**

Relator admite acordo para a adesão da Venezuela ao Mercosul

Tasso Jereissati, que havia apresentado relatório contrário ao ingresso do país vizinho no bloco, anunciou disposição de buscar um acordo para a entrada do novo sócio, desde que Hugo Chávez adote um compromisso em favor da democracia. Em depoimento na Comissão de Relações Exteriores, Antonio Ledezma, prefeito de Caracas e opositor do presidente venezuelano, defendeu a aprovação do pleito de seu país. **7**

Fotos: Genildo Magalhães



Tasso Jereissati (2º à esq., entre João Pedro e Mozarildo Cavalcanti) ouve Antonio Ledezma (à esq. na 2ª foto, ao lado de Eduardo Azeredo e Regis Arslanian): relato de violação de direitos na Venezuela

Menos IR para quem ajudar estudante carente

Medida está prevista em projeto aprovado pela Comissão de Educação com várias outras deduções no imposto. **8**

Senadores alertam para o desamparo da infância

Abertura da 2ª Semana de Valorização da Primeira Infância foi marcada por apelos em favor de mais investimentos. **2**

Obras raras em uma coleção digital

A coleção de obras raras da Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho foi lançada ontem à noite. O presidente do Sena-

do, José Sarney, saudou a iniciativa que colocará à disposição do público parte desse acervo. **3**



Sarney recebe da diretora da biblioteca, Simone Vieira, DVD com o conteúdo integral do livro *Novus Orbis*, de 1633

Os riscos de o país gastar por conta do pré-sal

Participantes de audiência apoiam fundo social, mas observam que é preciso investir primeiro para ter resultados. **4 e 5**

Em busca de regras para o mercado de carbono

Grupo de trabalho anunciado ontem vai estudar a regulamentação do mercado de créditos de carbono no Brasil. **5**

Tem início no Senado a 2ª Semana de Valorização da Primeira Infância, que prossegue até sexta-feira

June Araújo



Paulo Paim, Marina Felli, José Nery, Pedro Simon e Marisa Serrano

Senadores cobram maior atenção à primeira infância

“O BRINCAR NA construção da paz” é o tema da 2ª Semana de Valorização da Primeira Infância, promovida pelo Senado. Na abertura do evento, na manhã de ontem, no Auditório Petrônio Portela, os senadores Pedro Simon (PMDB-RS), Marisa Serrano (PSDB-MS), Paulo Paim (PT-RS) e José Nery (PSOL-PA) falaram da urgência de o Brasil investir mais nos primeiros anos de vida.

– O problema, no mundo de hoje, não é, como dizia Malthus, que vai faltar comida. Na verdade, vai sobrar comida. O problema é a distribuição, o problema é fazer com que essa comida chegue àqueles que dela necessitam – disse Simon, na presidência dos trabalhos.

Autor da lei que instituiu a Semana Nacional de Prevenção da Violência na Primeira Infância, Simon se referiu à crise financeira que abalou o mundo, em 2008, para lembrar que os governos gastaram trilhões de dólares para salvar bancos, despendendo ainda fortunas na máquina de guerra.

– A gente vê que uma parte infinitamente menor que essa resolveria o problema da fome e da miséria. A gente sente que nesse prenúncio de terceiro milênio alguma coisa precisa

ser feita.

José Nery disse que o Brasil tem que fazer uma escolha: ou investe na criança agora ou o futuro do país estará irremediavelmente comprometido. Para Nery, é fundamental que o governo brasileiro veja a primeira infância como prioridade absoluta, a fim de tirar 2,5 milhões de crianças do trabalho infantil.

Gandhi

Marisa Serrano referiu-se ao líder indiano Mahatma Gandhi para dizer que a maior forma de violência é a pobreza. Observando que crianças de quatro e cinco anos, pertencentes às classes média alta, já estão na escola, a senadora questionou por que há tanta dificuldade orçamentária para fazer o mesmo com as crianças de baixa renda.

Paulo Paim falou de sua luta pelo que define como “corte nas diferenças”, isto é, contra a discriminação racial e outras formas de exclusão. Ao final, afirmou que é na infância que a discriminação se acentua.

A 2ª Semana de Valorização da Primeira Infância conta, além de parlamentares brasileiros, com especialistas do Canadá e da França, que se reunirão até sexta-feira no Senado.

Paim lembra luta em favor das pessoas com doença falciforme

O Dia Nacional de Luta pelos Direitos das Pessoas com Doenças Falciformes foi lembrado ontem, em Plenário, pelo senador Paulo Paim (PT-RS). Citando estudos científicos, Paim disse que a anemia falciforme atinge em média um em cada 5 mil recém-nascidos, principalmente entre a população negra.

Na África Equatorial, informou o senador, 40% da população é portadora da anemia falciforme, que é hereditária. Ele acrescentou que no Brasil há um grande número de pessoas atingidas.

Paim também relatou encontro com cerca de 400 líderes de movimentos sociais, centrais sindicais e confederações, ocorrido sábado, na Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do

Sul (Fetag), onde fez um balanço de sua atuação na Câmara dos Deputados e no Senado.

Segundo o senador, desde que chegou ao Congresso apresentou em torno de 1.500 projetos, dos quais “dezenas e dezenas” foram transformados em lei. Ele mencionou ainda a proposta que acaba com o fator previdenciário no cálculo das aposentadorias, já aprovada no Senado e aguardando decisão na Câmara.

Paim comunicou que cerca de 500 aposentados haviam ocupado o Salão Verde da Câmara dos Deputados para pedir a aprovação daquele projeto (PL 3.299/08) e da proposta que garante o reajuste das aposentadorias e das pensões pelo mesmo índice do salário mínimo (PL 01/07).

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Sessão homenageia o Dnocs

Sessão especial, às 10h, comemora o centenário do Departamento Nacional de Obras contra as Secas (Dnocs). A sessão plenária tem início às 14h. A pauta está trancada pelos PLVs 15 e 16/09, que tratam de subvenção ao BNDES e serviços de energia elétrica nos sistemas isolados, e pela MP 467/09, que prorroga contratos sobre cooperação técnica.



Gerardo Magella

Audiência sobre a Conferência Nacional de Comunicação

Às 8h30, a Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) ouve o presidente da comissão organizadora da 1ª Confecom. Em seguida, examina 62 projetos sobre permissões de radiodifusão e proposta sobre a aplicação de recursos do Fust.

Retrato de Paim na galeria de presidentes CDH

Reunião especial da Comissão de Direitos Humanos (CDH), às 10h, para aposição do retrato de Paulo Paim (PT-RS) na galeria dos presidentes do colegiado. Em seguida, audiência sobre “o corte das diferenças no Brasil”.

Valorização da primeira infância e cultura da paz

Às 10h, as comissões de Educação, Cultura e Esporte (CE) e de Assuntos Sociais (CAS) realizam uma audiência conjunta que faz parte da programação da 2ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz.

Código de Ética de parlamentares em debate na CCJ

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) se reúne, às 10h, para examinar, entre os 50 itens na pauta, o projeto que institui o Código de Ética e Decoro Parlamen-

tar e a proposta que prevê a inclusão do número do título de eleitor na carteira de identidade em todo o país. Em análise ainda, projeto que define como crime de responsabili-

dade a aplicação indevida de recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e o que trata da concessão de aposentadoria a servidores públicos com deficiência.

Comissão de Infraestrutura discute marco regulatório para biocombustíveis

O grupo de trabalho encarregado de elaborar proposta de um marco regulatório dos biocombustíveis reúne-se com a Comissão de Serviços de In-

fraestrutura às 14h30. Foram convidados para a reunião o pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) Cesar de Cas-

tro; e o coordenador-geral de Açúcar e Álcool da Secretaria de Produção e Agroenergia do Ministério de Agricultura, Cid Jorge Caldas.

CAS sabatina dois indicados para diretorias da ANS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS), às 9h, sabatina Maurício Ceschin e Leandro Tavares, indicados para Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

CPI ouve gerente de Exploração da Petrobras

Às 14h, a Comissão Parlamentar de Inquérito da Petrobras ouve o gerente de Serviços de Exploração e Produção da empresa, Erardo Barbosa Filho.

CMO vota diversas propostas

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) se reúne, às 14h30, no Plenário da Câmara, para apresentação, discussão e votação de matérias.

CPI das ONGs examina requerimentos

A comissão parlamentar de inquérito que investiga a atuação das organizações não governamentais (ONGs) se reúne às 14h para promover adequação no seu plano de trabalho e votar requerimentos.

Subcomissão da Água elege presidente e vice

A Subcomissão Permanente da Água, ligada à Comissão do Meio Ambiente (CMA), será instalada às 11h30. Na ocasião, serão eleitos o presidente e o vice-presidente do colegiado.

Subcomissão da Amazônia realiza audiência pública

Para tratar de questões relativas à fronteira brasileira, a Subcomissão da Amazônia e da Faixa de Fronteira, vinculada à CRE, realiza audiência pública às 10h.

Exposição de ministros sobre Metas do Milênio

Às 14h30, a Comissão Temporária das Metas do Milênio ouve os ministros do Meio Ambiente, do Planejamento e do Desenvolvimento Social.

Na CDR, agência para o corredor Centro-Oeste

A Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) analisa às 9h o projeto que cria a Agência de Desenvolvimento dos Estados do Corredor Centro-Oeste.

Sarney recebe Comissão Nacional do PMDB Afro

O presidente do Senado, José Sarney, recebe, às 10h, representantes da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e do PMDB Afro.

Fundação José Sarney deve ser extinta

“Lamento pelo Maranhão, que perde um centro de documentação e pesquisa que é uma referência nacional.” Assim o presidente do Senado, José Sarney, confirmou, em nota à imprensa, a notícia de que a Fundação José Sarney, situada no Convento das Mercês, em São Luís, será extinta. Foi com “profundo sofrimento” que o senador disse reconhecer que a instituição não dispõe de meios para funcionar.

De acordo com o site da fundação na internet, a instituição abriga documentos classificados a partir de 1985, quando da posse de José Sarney na Presidência da República. O objetivo desse acervo é promover a guarda, preservação, organização, pesquisa e divulgação de acervos.

O site informa que o conjunto arquitetônico que abriga a fundação é uma construção do século 17 que sediou a ordem religiosa dos Mercedários. A instituição abriga acervos museológico, bibliográfico, textual e audiovisual sobre a transição democrática.

Menção para repórteres da Rádio Senado

Os repórteres Celso Cavalcanti e George Cardim, da Rádio Senado, receberam menção honrosa, na categoria Rádio, do 31º Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos, pela reportagem “Escravos da Esperança – A saga dos bolivianos em São Paulo”. A premiação, promovida pelo Sindicato de Jornalistas de São Paulo, ocorreu na noite de segunda-feira, com a presença de autoridades e jornalistas de todo o país.

A reportagem conta a saga dos cerca de 200 mil trabalhadores bolivianos que vivem em São Paulo em condições análogas à de escravidão. Os dois jornalistas percorreram a rota feita por esses trabalhadores, desde o território boliviano até a capital paulista, passando pelo Centro-Oeste brasileiro. A matéria mostra que muitos dos trabalhadores, que deixaram aquele país para fugir da miséria, são vítimas de falsas promessas e encontram poucas perspectivas no Brasil.

O prêmio foi criado dois anos após o assassinato do jornalista Vladimir Herzog durante o regime militar, em 1977.

A reportagem “Escravos da Esperança – A saga dos bolivianos em São Paulo” está disponível na Rádio Agência, da Rádio Senado, no endereço eletrônico www.senado.gov.br/radio.

Em audiência pública promovida pela CMA, Haroldo Tajra diz que economia proporcionada por renegociação de contratos e maior controle de horas extras fará com que o Senado evite suplementações orçamentárias em 2009

Senado economiza R\$ 110 milhões neste ano, afirma diretor-geral

O DIRETOR-GERAL DO Senado, Haroldo Feitosa Tajra, disse ontem que a instituição, ao invés de pedir suplementação orçamentária, como nos anos anteriores, deixará de gastar R\$ 110 milhões do orçamento de 2009. Segundo o diretor, que fez a declaração durante audiência pública na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), a Casa recebeu R\$ 233 milhões de suplementação no ano passado e R\$ 117 milhões no anterior.

O objetivo da audiência foi “conhecer as medidas já adotadas pelo Senado para solucionar os problemas administrativos e de gestão evidenciados” este ano.

No cargo desde junho deste ano, Haroldo Tajra salientou a economia obtida também na renegociação de dois dos 34 contratos de terceirização, que chegou a R\$ 9,3 milhões. Entre as irregularidades, contou-se que, no contrato para fornecer 337 funcionários à Secretaria de Comunicação Social, pagava-se uma taxa de R\$ 10 por mês para cada funcionário, para realização de treinamento que nunca foi efetuado. No mesmo contrato pagava-se R\$ 1 mil para comprar dois uniformes para cada funcionário a cada ano, mas apenas 94 deles trabalhavam uniformizados. Os demais contratos serão ainda reavaliados.

O diretor-geral ainda ressaltou a economia com o pagamento de horas extras, obtida a partir do registro eletrônico das horas efetivamente cumpridas. O valor de horas extras pagas, segundo ele, caiu de R\$ 8 milhões para R\$ 6 milhões por mês. Também enfatizou a diminuição dos gastos com comissões especiais remuneradas,



Na audiência, Haroldo Tajra, senadores Heráclito Fortes e Renato Casagrande, e Magno Mello, presidente do Sindilegis

de R\$ 2,2 milhões por mês para R\$ 900 mil mensais. Ele informou que a forma do registro eletrônico de ponto será decidida nos próximos 20 dias.

Recadastramento

Haroldo Tajra afirmou que o recadastramento dos servidores do Senado foi “uma experiência bastante satisfatória”, tendo alcançado 92% de sua meta. Dos cerca de 3,4 mil servidores efetivos, 220 não concluíram o processo e 23 nem sequer abriram o formulário eletrônico. Entre os 2,8 mil comissionados, 195 não terminaram o recadastramento e outros 65 não se interessaram pelo preenchimento. A Casa, informou, tem ainda 3,5 mil trabalhadores terceirizados.

O 1º secretário, senador Heráclito Fortes (DEM-PI), disse que os servidores que não iniciaram o preenchimento do recadastramento e não apresentarem justificativa aceitável nos próximos dias terão os salários cortados. A situação dos funcionários que não completaram o recadastra-

mento será avaliada.

Heráclito afirmou ainda que não terá outro caminho a não ser aceitar a conclusão da comissão disciplinar que investigou o ex-diretor de Recursos Humanos João Carlos Zoghbi, recomendando demissão. O resultado dos trabalhos da comissão que investiga o ex-diretor-geral Agaciél Maia deve ser divulgado no próximo dia 7.

Reforma

O diretor-geral comentou as negociações com a Fundação Getúlio Vargas sobre a nova forma administrativa do Senado. Não quis adiantar muito, mas, em linhas gerais, afirmou que a Casa terá apenas sete diretorias. Lembrou que as normas administrativas totalizam 830 artigos e que, para que esses artigos sejam alterados, uma nova resolução tem de ser votada e aprovada em Plenário.

Tajra salientou o caráter colegiado de sua gestão, que reuniu o Conselho de Administração do Senado depois de 15 anos.

A senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) manifestou preocupação com os restaurantes do Senado, que, para ela, desfavorecem os servidores da Casa, que têm de procurar os restaurantes da Câmara para se alimentar. Também pediu que seja estudada a união dos serviços médicos da Câmara e do Senado, recebendo o apoio de Heráclito Fortes para ambas as demandas.

O presidente da CMA, Renato Casagrande (PSB-ES), disse que é preciso fortalecer o controle interno do Senado. Haroldo Tajra informou que já há um estudo para se criar a carreira de auditor de controle interno da instituição e lembrou que, dos últimos 25 servidores efetivados em concurso, cinco foram para essa área.

Requerida por Renato Casagrande e João Pedro (PT-AM), que não compareceu, a audiência também contou com a presença de Pedro Simon (PMDB-RS). Heráclito Fortes e Marisa Serrano lamentaram a pequena participação de senadores.

Lançada coleção digital de obras raras da Biblioteca do Senado

“Esse é um avanço extraordinário: estamos colocando a Biblioteca do Senado, a começar por parte de suas obras raras, à disposição do país.” Foi dessa forma que o presidente do Senado, José Sarney, saudou ontem à noite o lançamento da coleção digital de obras raras da Biblioteca Acadêmica Luiz Viana Filho.

Na solenidade, também foi anunciada a integração da Biblioteca do Senado ao Catálogo Internacional Coletivo de Registros Bibliográficos, o WorldCat, a maior rede global de bibliotecas. Foi distribuído entre os presentes um DVD com o conteúdo integral, incluindo animações, do livro *Novus Orbis*, de 1633, considerado um dos primeiros relatos minuciosos sobre o Brasil.

Sarney disse não acreditar nas previsões do fim do livro, após o surgimento do seu similar eletrônico. Ele assinalou que não é contra o livro eletrônico ou os avanços tecnológicos, porém opinou que o livro em papel jamais



Observado por senadores e funcionários, Sarney saúda a possibilidade de maior acesso do público ao acervo da biblioteca

desaparecerá e o classificou como a mais avançada tecnologia que o homem já descobriu.

– Primeiro, ele não precisa de energia. Segundo, é de uma praticidade extraordinária: ele cai e não quebra, não precisa de conserto que não seja o de sua conservação e tem todos os programas que se possam pensar e imaginar.

A solenidade foi aberta com pronunciamento da coordenadora-executiva do programa Senado Cultural, Ana Claudia Badra.

Ela lembrou que o lançamento, no ano passado, do manuscrito de *O Quinze*, de Rachel de Queiroz – graças a uma parceria entre o Senado Cultural e a Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin –, serviu para mostrar que o caminho da digitalização das obras era inadiável.

A diretora da biblioteca, Simone Bastos Vieira, explicou que a integração ao WorldCat dará visibilidade completa ao acervo do Senado Federal, pois permitirá que os internautas façam

buscas no acervo da instituição por meio de pesquisas em populares mecanismos de busca como o Google e o Yahoo.

Simone Vieira informou ainda que a Biblioteca do Senado vai oferecer na internet a parcela mais valiosa de seu acervo: 340 dos 6,5 mil títulos que compõem a coleção de obras raras. Os livros foram digitalizados e já estão disponíveis em formato eletrônico no site da Biblioteca Digital: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/>.

Em audiência na Comissão de Infraestrutura sobre possibilidade de criação de fundo social, debatedores lembram que é preciso investir para colher frutos no futuro

Especialistas criticam "imediatismo" na destinação de recursos do pré-sal

A CRIAÇÃO DE fundo social com recursos provenientes da exploração do petróleo da camada pré-sal é uma ideia louvável, mas é necessário investir para colher frutos no futuro, e não aderir ao impulso de gastar o dinheiro de forma imediata. Essa foi a tônica da audiência pública realizada ontem pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) para debater a possibilidade de criação do fundo.

Júlio Sérgio Gomes de Almeida, professor da Universidade de Campinas (Unicamp) e ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, entende que primeiramente o fundo deve ser fortalecido, para só então ter seus recursos destinados aos programas meritórios de que o país necessita. Esse dinheiro não deve ser destinado a gastos que não contribuam para o crescimento do país, "como a construção de praças públicas", ou para custear o aumento da máquina pública, argumentou, e sim em obras de infraestrutura.

O professor também defendeu mudanças nas propostas do Poder Executivo que tratam da divisão dos royalties da exploração do pré-sal. O especialista sustentou que os recursos destinados aos estados e aos municípios também devem compor o Fundo Social, e não só a parcela destinada à União.

Almeida citou ainda o risco da



Manoel Maia Nobre (E), Júlio Sérgio Gomes de Almeida, Eliseu Resende e Edmilson Moutinho em audiência pública, na CI, sobre o pré-sal

chamada "doença holandesa", fenômeno econômico caracterizado pela entrada excessiva de moeda estrangeira e valorização excessiva da moeda nacional, que pode ser provocado pelos investimentos estrangeiros na exploração do pré-sal. Haveria a possibilidade de diminuição das exportações, enfraquecimento de setores industriais importantes e perda de competitividade da economia brasileira.

Imediatismo

Edmilson Moutinho, professor do Instituto de Eletrotécnica e Energia da Universidade de São Paulo, disse acreditar que o Fundo Social do pré-sal poderá chegar a US\$ 120 bilhões até 2030, montante suficiente para manter programas sociais de US\$ 4 bilhões por ano. O difícil, entretanto, será lutar contra o "curto-prazismo" do brasileiro, que "tem dificuldade de trocar o futuro pelo presente, e tem

tendência ao imediatismo".

Ele considera importante que não se definam regras muito antes da realidade da exploração, criando-se expectativas que não se confirmem. Por isso, afirmou, a legislação para a formação do Fundo Social precisa ter flexibilidade.

Plataforma

Manoel Maia Nobre, engenheiro especializado em contaminação de

solos, defendeu a destinação prioritária dos recursos da exploração de petróleo na camada de pré-sal à educação e pesquisa para exploração de riquezas da plataforma continental brasileira, incentivando o crescimento do país.

Ele também defendeu investimentos em saneamento e revelou que a maior parte da contaminação dos mares é proveniente da poluição por petróleo a partir das águas dos rios e não do vazamento em plataformas de petróleo ou por navios petroleiros. Manoel Maia Nobre sugeriu a elaboração de um inventário da costa marítima brasileira, para identificar locais onde seria necessária a prevenção de acidentes. E citou a Venezuela como um exemplo a não ser seguido: degradou espaços ambientais e não investiu em sua recuperação.

Durante os debates, o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) sugeriu que do Fundo Social também façam parte outros recursos não renováveis, como o ferro e a bauxita. Ele ainda defendeu a destinação dos recursos da exploração do pré-sal às áreas de saúde e segurança.

Eduardo Suplicy (PT-SP) propôs a adoção, pelo Brasil, do modelo adotado no Alasca, que destina a cada cidadão parte dos recursos de fundo proveniente da extração de petróleo, uma espécie de renda mínima.

Osmar Dias defende incentivos fiscais para garantir produção de biodiesel

Osmar Dias (PDT-PR) alertou ontem o governo federal para a necessidade de conceder incentivos fiscais para viabilizar a produção e comercialização de biodiesel no país.

O senador comemorou a publicação, na segunda-feira passada, no Diário Oficial da União, de resolução do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) determinando a antecipação para 2010 da adição de 5% de

biodiesel ao óleo diesel no Brasil. Ele observou, no entanto, que o desenvolvimento da produção de biodiesel somente será possível se o governo adotar medidas de desonerção que tornem o preço do biodiesel competitivo em relação ao do óleo diesel.

Osmar Dias afirmou que, na situação atual, o aumento da proporção de mistura de biodiesel ao óleo diesel causará um aumento de

preços deste combustível, em razão dos elevados custos de transporte do biodiesel das áreas produtoras, no interior do país, para os grandes centros consumidores.

Assim, ressaltou o senador, ao desonerar a produção do biodiesel, o governo estaria viabilizando um combustível mais barato, além de melhorar o meio ambiente e reduzir o custo do transporte no país.



Osmar Dias afirma que aumento na adição de biodiesel deve elevar preço de combustível

Raupp: PEC dos servidores de RO pode ser votada hoje

Poderá ser votada hoje a proposta que transfere para os quadros da União os servidores do ex-território de Rondônia. Foi o que informou o senador Valdir Raupp (PMDB-RO), relator da matéria. O parlamentar disse que a proposta (PEC 87/03) deverá ser aprovada pela manhã na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e, em seguida, será enviada ao Plenário do Senado para ser votada – em dois turnos – no mesmo dia. A proposta, da senadora Fátima Cleide (PT-RO), voltou ao Senado após ser aprovada pela Câmara dos Deputados.

Raupp voltou a afirmar que "essa PEC vem corrigir uma injustiça contra o estado de Rondônia, determinando uma medida já realizada em relação a Amapá e Roraima [também ex-territórios] há mais de dez anos".



Relator da proposta, Raupp diz que ela faz justiça aos servidores de Rondônia

Tuma lamenta assassinato de ativista do AfroReggae

O senador Romeu Tuma (PTB-SP) lamentou o assassinato de Evandro João da Silva, coordenador do Grupo Cultural AfroReggae, no Rio de Janeiro. Também comentou as imagens gravadas no dia do crime, que mostram policiais militares passando pelo local sem socorrer a vítima baleada. O senador classificou a atitude dos policiais de lamentável e desrespeitosa com a vida humana.

Tuma também registrou que a cidade de Guaratinguetá (SP) festejou o primeiro santo brasileiro, São Frei Galvão. O senador lembrou que Frei Galvão foi beatificado pela Igreja Católica há 11 anos e canonizado há dois anos. As homenagens ocorreram na data da festa litúrgica do santo, 25 de outubro.



Tuma classifica como lamentável atitude de policiais de negarem socorro à vítima

Claudino quer reservar 20% do Dpvat a municípios

O senador João Vicente Claudino (PTB-PI) comunicou ao Plenário que propôs a ampliação do repasse aos municípios dos recursos oriundos do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (Dpvat), destinados ao custeio da assistência médico-hospitalar das vítimas de acidentes causados por automóveis.

Claudino, relator de projeto (PLS 16/08) na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), apresentou emenda para estabelecer que as seguradoras deverão repassar 15% do valor total do prêmio ao Fundo Nacional de Saúde, 15% aos fundos estaduais, e 20% aos fundos municipais. O senador argumenta que os atendimentos de urgência a vítimas de acidentes são normalmente realizados pelos municípios.



Claudino argumenta que atendimento a acidentados é feito pelos municípios

Mão Santa faz relato de viagem oficial a Portugal

O senador Mão Santa (PSC-PI) relatou sua participação em Lisboa, representando o presidente José Sarney, no lançamento da 10ª edição do livro História Constitucional do Brasil, do ex-embaixador brasileiro em Portugal Paes de Andrade e do jurista Paulo Benevides. O evento foi promovido pela Fundação Mário Soares e pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

— Quero dar o testemunho da grandeza e do respeito que o nome do presidente José Sarney tem na pátria mãe – afirmou. Mão Santa destacou que outro ex-presidente brasileiro, Juscelino Kubitschek, viveu em exílio em Portugal.

— Em seu livro, JK diz: "O último bom povo do mundo é o povo português" – assinalou.



Senador destaca apreço dos portugueses pelo presidente Sarney, a quem representou

Busca de regras para mercado de carbono

Ideli anuncia criação de grupo em audiência sobre a execução de mecanismos de desenvolvimento limpo

A PRESIDENTE DA Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas (CMMC), Ideli Salvatti (PT-SC), anunciou a criação de um grupo de trabalho para debater a regulamentação do mercado de créditos de carbono no Brasil, com vistas à definição de sua natureza jurídica e do regime de tributação a ser aplicado. Ela fez o anúncio em audiência pública realizada ontem pela comissão para tratar do tema e da implementação de projetos de mecanismos de desenvolvimento limpo (MDL).

A criação do grupo foi sugerida pelo deputado Fernando Gabeira (PV-RJ), que considera necessária a realização de um inventário atualizado de emissões de gás carbônico que sirva de parâmetro para a definição do preço da tonelada de gás carbônico pelo Brasil.

Marcos Otávio Bezerra Prates, representante do Ministério do Desenvolvimento, entende que a definição da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) de que o crédito de carbono não se trata de valor mobiliário atende aos projetos de MDL de pequena escala, que devem ser estimulados por meio de um tratamento fiscal diferenciado.

Guilherme Fagundes, chefe de Projetos Ambientais, Energia e Metais da Bolsa de Mercado-

rias e Futuros, concorda que a definição da CVM "já significa um avanço", porém julga necessária a definição jurídica do crédito de carbono, que pode ser a do Banco Central, que o caracterizou como exportação de serviços. O especialista ressaltou que no exterior esse mercado movimentava US\$ 120 bilhões.

Otávio Yazbek, da CVM, explicou que o conselho da autarquia optou por definir que o crédito de carbono não é um valor mobiliário e decidiu que sua aquisição deverá ser feita por fundos de investimentos multilaterais.

Guilherme Fagundes, da BM&F, afirmou que estudo nesse sentido que está sendo feito pela entidade deverá ficar pronto em meados de 2010 e poderá ser utilizado pelo grupo de trabalho. A comissão aprovou ainda requerimento de Renato Casagrande (PSB-ES) para realização de audiência pública conjunta das comissões Mista Permanente de Mudanças Climáticas (CMMC), de Meio Ambiente e Fiscalização e Controle (CMA) e de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e suas correspondentes na Câmara, para debater a posição brasileira na Conferência das Partes sobre Mudança Climática (COP-15).



Rodrigues (E), Carvalho, senador Neuto de Conto, Moreira e Fernandes em debate sobre os cem anos do Dnocs

Obra em açudes evitaria transposição do São Francisco?

Na Comissão de Desenvolvimento Regional, presidente do Dnocs descarta ideia de ligação entre reservatórios, defendida por Antônio Carlos Valadares

O DIRETOR-GERAL DO Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs), Elias Fernandes Neto, refutou a hipótese de que a interligação de açudes do Nordeste poderia ter evitado a transposição do rio São Francisco, ideia levantada pelo senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE). Em audiência pública, ontem, na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), sobre os cem anos de atuação do Dnocs, Fernandes afirmou que essa solução não seria adequada, por causa da alta evaporação da água em situação de seca grave.

Valadares, por sua vez, afirmou que há estudos técnicos que apontam para a viabilidade da interligação. O parlamentar lamentou que

tais pesquisas não tenham sido aprofundadas para oferecer alternativas antes da decisão de transportar o rio São Francisco. Já César Borges (PR-BA) observou que a transposição do São Francisco é assunto vencido, uma vez que as obras já começaram. Ele disse que, apesar de ser contrário à transposição, agora quer ver a obra concluída e cumprindo seu papel. O senador também defendeu mais recursos para o Dnocs, a fim de dar ao órgão condições de garantir a segurança hídrica do Nordeste.

O diretor-geral do Dnocs informou que o governo federal investirá cerca de R\$ 2 bilhões na região por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Em cem anos, destacou ele, o

órgão construiu 323 barragens, mais de 20 mil poços e irrigou centenas de hectares de terra, bem como incentivou a produção de frutas e de peixes.

Plano nacional

O consultor do Ministério da Integração Nacional José Otamar de Carvalho defendeu a integração entre projetos em curso nos estados nordestinos e um plano nacional de desenvolvimento, que ainda não foi implantado. Sem tal plano, ressaltou, o Dnocs não poderá executar de forma eficiente suas ações.

Com a finalidade de facilitar a convivência com a seca, Carvalho sugeriu ações executivas e de coordenação para gerenciar os recursos hídricos do semiárido.



Otávio Yazbek, Marcos Otávio Bezerra, Ideli Salvatti e Guilherme Fagundes

Inácio Arruda: departamento precisa se modernizar

Inácio Arruda (PCdoB-CE) defendeu ontem a completa reestruturação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs).

Para ele, a instituição, "considerada uma espécie de universidade do semiárido nordestino", precisa ser modernizada e ampliada. Só assim, salientou o senador, o Dnocs poderá continuar sua missão de construir açudes, estradas e pontes, além de levar água à população mais pobre atingida pela seca. As afirmações foram feitas durante audiência na CDR.

O presidente da Federação de Apoio às Organizações de Produtores dos Perímetros Públicos de Irrigação (Fapid), Washington Moreira, também defendeu a completa reestruturação, física e administrativa, do Dnocs. Para ele, a instituição passa por dificuldades, "prejudicando seriamente os agricultores". Washington pregou ainda a

regularização fundiária e a adoção de uma nova política de acesso ao crédito para os irrigantes.

No entender do diretor do Departamento de Desenvolvimento Hidroagrícola do Ministério da Integração Nacional, Ramon Rodrigues, é necessária a aprovação, pelo Congresso Nacional, do projeto que trata sobre a nova política nacional de irrigação, a chamada Lei da Irrigação. A proposta (PL 6381/05) tramita na Câmara dos Deputados e tem por meta proporcionar o aproveitamento racional e sustentável da água e do solo para projetos agrícolas.

Ele reconheceu que o projeto não é o ideal, mas o possível, e quando for transformado em lei, irá atender a uma série de demandas dos agricultores, entre elas, a criação de um fundo específico para a irrigação e regularização fundiária de perímetros públicos.

Senado realiza sessão pelos cem anos do órgão

O Senado realiza sessão especial hoje, às 10h, para comemorar o centenário de criação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs). A sessão, requeirida pelo senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), deverá contar com a presença do ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima. No evento, serão lançados um selo comemorativo dos Correios e uma exposição de fotos sobre a trajetória do departamento.

O Dnocs é a mais antiga instituição federal com atuação no Nordeste. Criado com o nome de Inspeção de Obras Contra as Secas, por meio do Decreto 7.619/1909, editado pelo então presidente Nilo Peçanha, foi o primeiro órgão a estudar o problema do semiárido. O departamento também atua nas áreas de saneamento básico e assistência às populações atingidas por calamidades públicas.

Serys cobra providências para minimizar aquecimento global

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) relatou ontem sua participação no Fórum Internacional de Legisladores dos países do G8 + 5, ocorrido no último final de semana em Copenhague, na Dinamarca, para discutir o impacto das mudanças climáticas no planeta.

Serys apresentou as propostas encaminhadas pela delegação brasileira – formada por ela, pelos senadores Cicero Lucena (PSDB-PB) e Renato Casagrande (PSB-ES) e pelo deputado Luciano Pizzatto (DEM-PR). Entre elas, a senadora destacou a necessidade de um esforço global para impedir que a temperatura do planeta aumente mais do que dois graus Celsius em curto prazo.

Para Serys, em relação às



Serys adverte que crise econômica não pode adiar ações preventivas



Senadora vai disputar prévia para concorrer ao governo de Rondônia

Fátima Cleide anuncia que é pré-candidata

A senadora Fátima Cleide (PT-RO) comunicou, ontem, ao Plenário que vai disputar a indicação do Partido dos Trabalhadores para concorrer ao governo de Rondônia nas eleições de 2010. Ela disputará com o deputado federal Eduardo Valverde e com Roberto Sobrinho, prefeito de Porto Velho, a pré-convocação que o PT do estado realizará no dia 6 de dezembro.

Fátima Cleide também registrou a assinatura, no último sábado, na cidade de Cacoal (RO), da ordem de serviço do governo para a construção de 240 casas na cidade, dentro do programa Minha Casa, Minha Vida. O empreendimento custará R\$ 10,3 milhões.



Maciel diz que falecimento comoveu a população do Recife e da região

Maciel lamenta a morte de ex-deputado

Marco Maciel (DEM-PE) apresentou requerimento de pesar pela morte do ex-deputado estadual de Pernambuco Gedeão Rosa dos Santos, de 70 anos, também pastor da igreja Assembleia de Deus. Ele morreu de câncer, na madrugada de sábado, e seu enterro comoveu a população do Recife e da região metropolitana, "onde era muito estimado", disse o senador.

– Gedeão foi um exemplo de correção na vida pública e, na política, um parlamentar fiel aos princípios do seu partido [antigo PFL, hoje Democratas]– sustentou Marco Maciel. O requerimento também é assinado pelo senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE).

José Roberto Arruda e o senador Gim Argello defendem proposta, já aprovada na Câmara, que garante gratificação por risco de morte a policiais militares e bombeiros

Governador do DF pede pressa no exame de planos de carreira

ACOMPANHADO DO SENADOR Gim Argello (PTB-DF) e de representantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, o governador José Roberto Arruda reuniu-se ontem com o presidente do Senado, José Sarney, para pedir pressa da Casa na votação do plano de carreira dessas corporações.

– Já foi concedida urgência. Sarney me informou que há três medidas provisórias trancando a pauta, mas, havendo acordo de líderes, essas MPs podem ser votadas imediatamente – explicou Arruda.

O governador se disse otimista com essa votação por ter encontrado no presidente do Senado e nos líderes partidários um sentimento de boa



Alberto Fraga (2º à esq.), Marconi Perillo, Arruda, Sarney, Gim e Rodrigo Rollemberg

vontade com o projeto, votado na semana passada na Câmara dos Deputados. Ele disse que essa votação "acontece com um atraso de três meses e é fundamental para a segurança pública em Brasília".

Pelo projeto, o diploma de curso superior passa a ser obrigatório para quem quiser ingressar na carreira de policial militar ou bombeiro, e esses profissionais passarão a receber gratificação por risco de morte.

Expedito apoia propostas sobre PM e bombeiros

O projeto que trata do plano de cargos e salários dos servidores da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal também foi defendido por Expedito Júnior (PSDB-RO). O senador pediu esforços da Casa para que a proposta possa ser votada hoje.

O senador também defendeu a aprovação da PEC 300/08, segundo a qual a remuneração de policiais militares e bombeiros militares de todo o país não poderá ser inferior à que recebem os seus colegas do DF.

– Todos eles correm os mesmos riscos, fazem as mesmas



Expedito lembra PEC que transforma remuneração do DF em piso nacional

operações e, no caso de Rondônia, com o agravante de fazermos fronteira com outros

países, o que torna a região, infelizmente, um corredor das drogas – argumentou.

O senador informou ainda que a PEC 87/03, que transfere os servidores públicos do exterritório de Rondônia para a folha de pagamento da União deve ser votada hoje na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A PEC, de autoria da senadora Fátima Cleide (PT-RO), já foi aprovada na Câmara, mas voltou ao Senado por ter sofrido alterações.

Em apartes, Efraim Moraes (DEM-PB) e Mário Couto (PSDB-PA) apoiaram o discurso.

Jefferson Praia festeja os 340 anos de Manaus



Jefferson Praia

Os 340 anos de Manaus, comemorados no último sábado, foram saudados por Jefferson Praia (PDT-AM). O senador leu trechos de matérias de jornais da cidade que trataram do passado e do futuro da capital do Amazonas.

– Toda grande metrópole tem seus problemas e a cada dia trabalha para superá-los. Manaus é a referência para o Amazonas, o estado com o menor percentual de desmatamento na Amazônia – salientou o parlamentar.

Virgílio homenageia capital do Amazonas



Arthur Virgílio

O aniversário de fundação de Manaus foi homenageado ontem também por Arthur Virgílio (PSDB-AM). O senador disse que falava como ex-prefeito da capital do Amazonas.

– É a minha cidade, é o meu lugar – declarou.

Virgílio ainda criticou a falta de repasse de recursos, pelo Ministério da Educação, ao Hospital Universitário Getúlio Vargas, em Manaus. De acordo com o senador, o ministério prometeu uma visita ao local em novembro.



Alvaro: data fixada pelo governo contraria o Código Florestal

Alvaro quer prazo maior para se averbar reserva

Alvaro Dias (PSDB-PR) defendeu ontem, em Plenário, a prorrogação do prazo para averbação de áreas de reserva legal em propriedades rurais.

De acordo com o Decreto 6.686/08, o prazo dado pelo governo federal, que se expira no dia 11 de dezembro, contraria o inciso III do artigo 44 do Código Florestal – que confere aos proprietários ou possuidores de imóveis rurais a faculdade de fazer a compensação da mencionada reserva, argumentou Alvaro Dias.

Em apartes, Expedito Júnior (PSDB-RO) e Osvaldo Sobrinho (PTB-MT) manifestaram apoio ao pronunciamento do senador paranaense.



Para Valadares, solução está numa reforma que aumente participação

Valadares defende mais receita federal para os municípios

Ao anunciar a apresentação de requerimento solicitando a realização de sessão especial em homenagem ao municipalismo, Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) criticou o sistema de repartição de receitas tributárias arrecadadas pela União. Para o senador, o modelo atual é altamente prejudicial aos municípios, sendo responsável pela escassez de recursos verificada em grande parte das prefeituras brasileiras.

Valadares disse que, para corrigir a concentração de recursos nas mãos do governo federal, a solução seria uma reforma tributária que possibilitasse maior participação dos entes municipais nas receitas da União.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Jefferson Praia • Mão Santa • Serys Slhessarenko • Fátima Cleide

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Elina Rodrigues Pozebom e Moisés Oliveira
Edição: Nelson Oliveira e Sílvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920



Para João Pedro, Senado cometerá erro caso rejeite a Venezuela

É preciso fortalecer bloco, diz João Pedro

O Mercosul "tem a ganhar com a entrada da Venezuela", grande produtor de petróleo e uma das maiores economias da América do Sul. A afirmação foi feita ontem por João Pedro (PT-AM). O senador entende que o Mercosul precisa contar com a presença de outros países, "para se fortalecer como bloco econômico, como ocorreu com a Comunidade Europeia".

– Será um erro se o Senado brasileiro não aprovar a entrada do Estado venezuelano no Mercosul. Não podemos esquecer que os Estados Unidos até hoje não engoliram o Mercosul, pois eles querem a Alca [Área de Livre Comércio das Américas].

Em aparte, o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, disse concordar com a necessidade de fortalecimento do Mercosul, mas ponderou que a "atuação política" do presidente Hugo Chávez "traz grande insegurança", pois ele pode se tornar "um desagregador".

Oswaldo Sobrinho elogia diplomacia parlamentar

Oswaldo Sobrinho (PTB-MT) chamou atenção para a importância da diplomacia parlamentar brasileira. O senador fez referência especial à Assembleia Parlamentar Euro-Latino-Americana (Eurolat) para destacar a abrangência das relações internacionais que têm como protagonistas parlamentares brasileiros.

– Diante da crescente influência que o continente latino-americano adquire em face das demais regiões do planeta, a existência e o funcionamento de uma assembleia como a Eurolat é a demonstração cabal de que saímos do papel de coadjuvantes para protagonistas no cenário internacional – afirmou.

A Eurolat, explicou, é composta por 150 membros: 75 indicados pelo Parlamento Europeu e 75 provenientes do Parlamento Latino-Americano (Parlatino), do Parlamento Andino (Parlandino), do Parlamento Centro-Americano (Parlacen) e do Parlamento do Mercosul (Parlasul).



Oswaldo: "Saímos do papel de coadjuvantes para protagonistas"

Após ouvir prefeito de Caracas, relator Tasso Jereissati concorda em rever posição contrária ao ingresso do país vizinho no Mercosul, desde que governo venezuelano se comprometa com respeito à cláusula democrática do bloco

Jereissati admite acordo para adesão da Venezuela

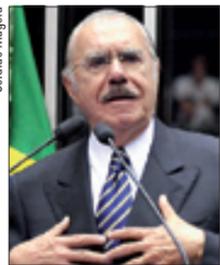
O SENADOR TASSO Jereissati (PSDB-CE), relator do protocolo de adesão da Venezuela ao Mercosul, que havia apresentado voto contrário ao ingresso, anunciou ontem que está disposto a buscar um acordo para a entrada do novo sócio no bloco, desde que o presidente Hugo Chávez adote um compromisso em favor da democracia em seu país. Proposta semelhante foi apresentada pelo prefeito de Caracas, Antonio Ledezma, durante audiência pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

– O depoimento do prefeito de Caracas foi muito importante porque ele mostrou que não existe democracia na Venezuela. Mesmo assim, ele defendeu o ingresso de seu país no Mercosul. Vamos ver se há possibilidade, inclusive do ponto de vista jurídico, de trabalhar por um acordo de aprovação condicionada – disse Jereissati ao deixar a comissão.

Em seu depoimento aos senadores, Ledezma afirmou que o povo da Venezuela tem uma vocação "integracionista". Ele fez duras críticas às restrições à liberdade e às violações aos direitos humanos em seu país. Mas lembrou, por outro lado, que o governo de Chávez é "circunstancial", enquanto os interesses do Estado e do povo venezuelanos são permanentes.

Por isso, ele propôs a adoção de uma "fórmula política especial" para o ingresso de seu país no bloco. A aprovação do protocolo de adesão seria condicionada a garantias de respeito ao Protocolo de Ushuaia, que estabelece o respeito à democracia como premissa para a permanência no Mercosul, e aos compromissos firmados

Sarney: país atenta contra princípios democráticos



Sarney

O presidente do Senado, José Sarney, reiterou ontem sua posição contrária ao ingresso da Venezuela no Mercosul. Sarney pensa como o relator da matéria, Tasso Jereissati (PSDB-CE), cujo parecer é contrário à entrada dos venezuelanos, em razão da fragilidade

por ele identificada na democracia daquele país.

– Minha opinião é a mesma de sempre. Eu acho que a cláusula democrática que nós temos no Mercosul é definitiva e o Brasil tem compromisso com ela. E o atual governo da Venezuela tem tomado providências que são pelo desmoronamento da democracia e contra os princípios democráticos – afirmou Sarney

Enxugamento da Casa

Sobre a reforma administrativa do Senado, projeto por ele encomendado à Fundação Getúlio Vargas, em março deste ano, Sarney disse que levará amanhã à Comissão Diretora da Casa o relatório preliminar. O propósito do presidente do Senado, com essa reformulação, é reduzir em 40% a estrutura da Casa.



Acima, Ledezma (E), Azeredo e Arslanian na CRE. Ao lado, Jereissati

com terceiros países, a exemplo de acordo já firmado entre o bloco e Israel. Ele lembrou que o embaixador de Israel foi recentemente expulso de Caracas. Na opinião do prefeito, os riscos para o continente serão maiores se o protocolo for rejeitado.

– Quanto mais ilhado estiver Chávez, mais perigoso ele será em relação à integração e à paz no nosso continente – previu.

Visão estratégica

Também convidado para a audiência, o embaixador Regis Arslanian, representante brasileiro permanente junto à Associação Latino-Americana de Integração (Aladi) e ao Mercosul, afirmou que cabe ao Brasil a maior responsabilidade no processo de integração da América do Sul, até pelo fato de contar com fronteiras com outros dez países. Em sua opinião, a entrada da Venezuela no bloco ajudará a fortalecer todo o continente.

– Nós devemos ter uma visão estratégica. Uma América Latina forte e unida pode enfrentar melhor os desafios dos próximos 30 ou 40 anos – disse.



José Cruz

Durante a audiência, o prefeito de Caracas sugeriu aos senadores que enviassem uma delegação à Venezuela, para verificar suas denúncias de desrespeito à democracia e aos direitos humanos.

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) apresentou em seguida um requerimento destinado a autorizar o envio da delegação. Mas o presidente da comissão, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), preferiu adiar a votação do requerimento para a próxima reunião, amanhã, para quando está marcada a votação do protocolo de adesão.

Antes da votação, deverá ser lido um voto em separado do líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), favorável ao ingresso da Venezuela. Depois de apreciado pela comissão, o protocolo de adesão será ainda votado em Plenário.

Suplicy: governo de Chávez é transitório



Suplicy

Eduardo Suplicy (PT-SP) defendeu ontem, em Plenário, a adesão da Venezuela ao Mercosul. Na avaliação do senador, o ingresso no bloco poderá contribuir para que aquele país adote normas democráticas e de respeito aos direitos humanos.

Suplicy ressaltou que é o Estado da Venezuela que pede ingresso no Mercosul e não o governo de Hugo Chávez, que é transitório, conforme destacou.

Durante a reunião de ontem da Comissão de Relações Exteriores, o prefeito de Caracas, Antonio Ledezma, um dos principais oponentes ao governo de Hugo Chávez, segundo Suplicy, destacou a importância do ingresso da Venezuela no Mercosul para o aprofundamento do processo de democratização.

Suplicy ressaltou ainda que a Constituição daquele país, tal como a do Brasil, prevê a integração com todos os povos da América Latina. Se aceita, a Venezuela terá um prazo de quatro anos para se adequar às normas do Mercosul.

Senadores temem papel que Chávez teria no Mercosul

As três horas de debate que se seguiram aos depoimentos do prefeito de Caracas, Antonio Ledezma, e do embaixador Regis Arslanian, representante permanente do Brasil junto à Associação Latino-Americana de Integração (Aladi) e ao Mercosul, mostraram a falta de consenso que existe na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) a respeito da adesão da Venezuela ao Mercosul. Os senadores expressaram preocupações sobretudo em relação ao comportamento do presidente da Venezuela, Hugo Chávez.

Heráclito Fortes (DEM-PI) pediu cautela em relação ao tema e defendeu o envio de uma delegação de senadores à Venezuela para verificar denúncias sobre violações de direitos humanos. Renato Casagrande (PSB-ES) disse que o Senado não tem condições de rejeitar o novo sócio, mas solicitou maior debate sobre as condições desse ingresso.

Uma maior atenção do Brasil em relação ao norte da América do Sul foi solicitada por João Pedro (PT-AM), ao defender a adesão da Venezuela. Igualmente favorável, Pedro Simon (PMDB-RS) lembrou que no passado recente os países do continente tinham relações distantes.

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) recordou que a Comissão de Direitos Humanos do Parlamento do Mercosul – da qual faz parte – poderá investigar *in loco* quaisquer denúncias de violações de direitos na Venezuela, após aprovada a adesão.

Apesar de defender o ingresso do novo sócio, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse que, como senador brasileiro, vê a questão com cautela. "Se Chávez é transitório, Fidel Castro também era", comparou. Flávio Torres (PDT-CE) considerou que a defesa dos direitos humanos naquele país poderá ser mais efetiva com a adesão ao Mercosul.

Após observar que o bloco experimenta um momento de crise, o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) questionou se o Mercosul suportaria a presença de Chávez sem se dissolver.

Por outro lado, Inácio Arruda (PCdoB-CE) pediu que o protocolo de adesão não seja analisado com "restrições ideológicas". Eduardo Suplicy (PT-SP), por sua vez, defendeu o ingresso da Venezuela como meio de fortalecer a democracia naquele país.

O senador Romeu Tuma (PTB-SP) apresentou preocupação com a utilização do Mercosul para atender aos interesses políticos de Chávez. Valdir Raupp (PMDB-RO) também apresentou restrições ao presidente, mas disse que o Mercosul precisa crescer. José Agripino (DEM-RN) afirmou estar preocupado com a possibilidade de o Brasil vir a "importar dificuldades" após o possível ingresso da Venezuela.

Waldemir Rodrigues



Ideli defende aprovação, no Congresso, da PEC sobre os direitos da juventude

Ideli pede aplauso para professores premiados

Ideli Salvatti (PT-SC) requereu que o Senado encaminhe voto de aplauso a todos os professores homenageados pela *Revista Nova Escola* com o Prêmio Nacional de Professor Nota 10.

A senadora fez uma referência especial a Andréa Betina Legatzke Klitzke, de Joinville (SC), professora de matemática que concorreu com o trabalho denominado "Construindo o conceito de ângulo".

Ideli também relatou sua participação nas atividades do Dia Nacional da Juventude realizadas pela arquidiocese de Florianópolis, que reuniram milhares de jovens.

– Também foi trabalhada a questão da violência, como se abate, desagrega e faz com que a juventude seja a principal faixa etária de risco em termos de segurança – disse ela, fazendo um apelo para que o Congresso aprove rapidamente a PEC da Juventude (PEC 42/08).

Gerardo Mergello



Dornelles destaca trabalho de Adams como procurador-geral da Fazenda

Dornelles elogia novo advogado-geral da União

Francisco Dornelles (PP-RJ) cumprimentou o presidente Lula pela nomeação de Luís Inácio Lucena Adams para o cargo de advogado-geral da União.

Adams, que foi procurador-geral da Fazenda Nacional por 16 anos, tomou posse na sexta-feira.

Dornelles informou que Adams foi também procurador da Fazenda Nacional no Rio Grande do Sul; procurador-chefe da 4ª Região; secretário-geral do gabinete da Advocacia-Geral da União (AGU); procurador regional federal da AGU da 4ª Região e consultor jurídico e secretário-executivo adjunto do Ministério do Planejamento.

– E como procurador-geral da Fazenda fez um trabalho da maior profundidade, competência e dignidade, conseguindo firmar uma liderança, resolver e solucionar importantes problemas do contencioso da União com o setor privado – afirmou.

Texto de Camata acolhido na CE busca incentivar apoio de pessoas físicas a estudantes de baixa renda. Substitutivo consolida sete projetos e segue para decisão terminativa na CAE

Comissão aprova pacote de deduções do Imposto de Renda

OS GASTOS COM despesas educacionais de crianças e adolescentes inscritos no programa Bolsa Família poderão ser deduzidos para efeito de pagamento do Imposto de Renda (IR). É o que determina substitutivo (PLS 423/03) de Gerson Camata (PMDB-ES) – aprovado ontem na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) – a sete projetos de mudanças na legislação do IR.

Duas das três propostas, salientou o relator, têm o objetivo de ampliar o acesso ao ensino dos estudantes de baixa renda, por intermédio do apoio de pessoas físicas. "Conforme o modelo atual, o Estado, por meio da contribuição do conjunto da sociedade, arca com parte das mensalidades escolares, em instituições privadas, de grande contingente de educandos que não precisariam desse apoio", afirma Camata no relatório. Essa



Alvaro Dias (E), Goellner e Camata na Comissão de Educação

renúncia, conforme cálculos citados por ele, chegaria a quase R\$ 1 bilhão por ano.

A legislação atual já permite esse tipo de dedução, condicionada, no entanto, à guarda judicial do menor. O projeto elimina a exigência. O texto de Camata permite ainda a dedução de despesas com condomínio, pagas por pessoas idosas, relativas aos imóveis em que vivem. Também poderão ser deduzidas despesas com os impostos sobre Propriedade Territorial Urbana (IPTU), sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e sobre Serviços (ISS), além do pagamento

de prestação de financiamento de imóvel que seja o único do contribuinte e cujo valor não ultrapasse R\$ 150 mil. Por fim, o substitutivo permite a dedução de doações a entidades civis sem fins lucrativos.

O substitutivo, que segue para decisão terminativa na Co-

missão de Assuntos Econômicos (CAE), reúne projetos de lei de autoria dos senadores Francisco Dornelles (PP-RJ), Marcello Crivella (PRB-RJ), Arthur Virgílio (PSDB-AM), Alvaro Dias (PSDB-PR), Cristovam Buarque (PDT-DF) e Sérgio Zambiasi (PTB-RS).

Na reunião, presidida por Marisa Serrano (PSDB-MS), a comissão também aprovou requerimento dos senadores Sérgio Zambiasi, Flávio Arns (PSDB-PR) e Wellington Salgado (PMDB-MG) para realização de um seminário para debater o papel da iniciativa privada no ensino superior.

Ex-senador Gilberto Mestrinho recebe homenagem

Em sessão especial, o Senado prestou ontem homenagem à memória do ex-senador e ex-governador do Amazonas Gilberto Mestrinho. Nascido em Manaus, em 1928, ele faleceu em 19 de junho. Solicitada pelo senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), a sessão reuniu integrantes das diversas bancadas partidárias, todos enaltecendo a coragem cívica e pessoal do homenageado e sua extrema dedicação ao Amazonas.

Mestrinho começou sua vida política como prefeito de Manaus, em 1955. Quatro anos depois, foi eleito governador, cargo que voltou a ocupar por mais duas vezes. Como senador, dirigiu três vezes a Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso.

A sessão contou com a participação de quatro dos nove filhos do Mestrinho, entre outros familiares, políticos do seu estado e amigos que o acompanharam por toda a vida. Ao recordar a trajetória política de Mestrinho, Arthur Virgílio destacou a forma corajosa como se posicionou ao lado de Leonel Brizola, em 1961, em favor da posse do vice-presidente João Goulart, contra

a vontade dos militares, depois da renúncia de Jânio Quadros.

Outros senadores, como José Agripino (DEM-RN), destacaram o papel exercido por Mestrinho para chamar a atenção para a Amazônia e a necessidade de sua conservação, mesmo com teses polêmicas. O senador Tião Viana (PT-AC) afirmou que, como presidente da CMO, Mestrinho ajudou de forma decisiva o Acre.

Jefferson Praia (PDT-AM) disse que a morte de Mestrinho deixou em seu estado um vácuo difícil de ser preenchido. Eduardo Suplicy (PT-SP) frisou que o falecido colega era uma fonte inesgotável de conhecimentos.

– Para nós todos, ele foi um extraordinário professor das coisas de toda a Amazônia – disse.

Para Eduardo Azeredo (PSDB-MG), a defesa que Mestrinho fazia da Amazônia ultrapassava as obrigações da representação



Jefferson Praia (C) preside sessão, com familiares e autoridades, em memória de Mestrinho

parlamentar. Expedito Júnior (PSDB-RO) destacou o pioneirismo de Mestrinho na defesa da tese da "compensação ambiental", pela qual os países ricos devem pagar o Brasil, como contribuição à conservação das florestas. Filho de mãe índia, como observou Flexa Ribeiro (PSDB-PA), o homenageado era uma representação "mais do que real" da Amazônia.

Marconi Perillo (PSDB-GO) disse que Mestrinho apresenta de fato uma biografia inegável, das mais completas do Estado brasileiro, pela diversidade de cargos desempenhados. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) afirmou que o homenageado foi um dos primeiros a pensar no uso dos recursos da floresta em benefício dos que vivem nela. Renan Calheiros (PMDB-AL) ressaltou que Mestrinho foi uma das pessoas mais amigas e solidárias que já conheceu.

Parlamentares homenageiam Clóvis Bevilácqua

O Congresso realizará amanhã, às 11h, sessão solene para comemorar os 150 anos de nascimento de Clóvis Bevilácqua, jurista, legislador, filósofo, jornalista, escritor e historiador brasileiro falecido em 1944.

Nascido no Ceará, Bevilácqua foi também consultor jurídico do Ministério das Relações Ex-

teriores. Em 1920, foi convidado a fazer parte do Comitê dos Juristas no Conselho da Sociedade das Nações. A homenagem foi requerida por Flávio Torres (PDT-CE) e Tasso Jereissati (PSDB-CE).

Os senadores lembram que Bevilácqua elaborou o Código Civil que vigorou de 1916 a 2002 e consideraram que o jurista

foi uma das mais importantes personalidades da história do Direito brasileiro. "Bevilácqua foi responsável por intensa produção intelectual, traduzida em vasta e valiosa obra com mais de 30 livros, o que lhe rendeu o convite para ser sócio fundador da Academia Brasileira de Letras", disse Flávio Torres.



Mortes pela doença no estado já somam 33 este ano, diz senador

César Borges alerta para surto de meningite na Bahia

O número de mortes causadas pela meningite em Salvador cresceu 50% este ano. Em toda a Bahia, o aumento foi de 27%, atingindo um total de 33 óbitos no estado. Foi o que informou o senador César Borges (PR-BA) em Plenário.

– E os casos são de meningite meningocócica, que é um tipo muito grave, embora tenha cura – ressaltou ele.

Segundo César Borges, a meningite também fez vítimas na cidade turística de Porto Seguro, onde quatro pessoas morreram. Ele solicitou que o governo federal, por meio do Ministério da Saúde, tome providências.

César Borges também solicitou que tanto o governo estadual quanto o federal auxiliem os municípios baianos, "que vivem um momento difícil" devido à queda na arrecadação.

– Podem ocorrer perdas de postos de trabalho. A população poderá ficar desassistida – disse.

Garibaldi quer definição sobre obras de aeroporto

Garibaldi Alves (PMDB-RN) pediu que o governo federal defina logo o modelo de operacionalização das obras do Aeroporto Internacional de São Gonçalo, na região metropolitana de Natal. "As obras de terraplenagem foram iniciadas há dez anos", disse. O senador lembrou que, entre os modelos cogitados, estão a concessão e a parceria público-privada.

Segundo Garibaldi, os investimentos devem totalizar cerca de R\$1 bilhão. Ele disse que as instalações foram projetadas para atender passageiros, funcionar como um grande aeroporto de cargas e abrigar, em um terminal, uma zona de processamento de exportações (ZPE).

O senador afirmou que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) já concluiu o estudo de viabilidade econômica dessa iniciativa e que esse relatório está no Ministério da Defesa.



Garibaldi: decisão sobre modelo de operacionalização precisa ser rápida

Gerardo Mergello

Waldemir Rodrigues